

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20	198
PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL	
Vitor Trein Lucca	
João da Jornada Fortes Filho	
Laura Perin Lucca	
Antônio Vanderlei Dos Santos	
Mauro Cesar Marchetti	
DOI 10.22533/at.ed.12519030420	
CAPÍTULO 21	207
PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU	
Karinny Lima de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030421	
CAPÍTULO 22	216
PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER	
Kátia Farias Antero	
Maria do Socorro Moura Montenegro	
Anderson Franklin do Rego Antero	
Thays Evelin da Silva Brito	
DOI 10.22533/at.ed.12519030422	
CAPÍTULO 23	227
PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO	
Eleneide Menezes Alves	
Romildo de Albuquerque Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030423	
CAPÍTULO 24	236
PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO	
Maria José Fernandes Torres	
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	
Fábio Alexandre Araújo dos Santos	
Keila Cruz Moreira	
Carlos Eduardo Araújo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.12519030424	
CAPÍTULO 25	252
PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Dayane Priscilla Bernardes Anjos	
Franciela Félix de Carvalho Monte	
DOI 10.22533/at.ed.12519030425	

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?

Eduardo Francisco Souza das Chagas

Diretor Acadêmico da FAMEN

Natal – Rio Grande do Norte

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte

Natal – Rio Grande do Norte

José Moisés Nunes da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte

Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: A pesquisa decorre do interesse de pesquisadores em ciências da educação vinculados ao Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN que produzem conhecimento sobre “Políticas e Práxis em Educação Profissional”. O estudo problematiza o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) enquanto estratégia política de incentivo para a formação inicial de professores no Rio Grande do Norte. Especificamente, busca estudar a sistemática de incentivo à formação adotada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), por meio de convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com a Secretaria de Educação

do Estado do Rio Grande do Norte (SEERN). O estudo, que considera a efetivação do Programa durante o intervalo de tempo entre 2013 a 2018, evidencia as dimensões políticas e pedagógicas que a implantação e extensão desse Programa de incentivo a formação de professores opera por meio das Licenciaturas no IFRN. Metodologicamente, a pesquisa realiza revisão bibliográfica e análise documental enquanto técnicas assertivas para a construção e problematização de dados. A pesquisa qualitativa, sinaliza para uma avaliação positiva do Programa em relação ao desenvolvimento da oferta dos cursos de Licenciaturas no IFRN, por meio da versão do Edital/CAPES PIBID 2013. Dentre os resultados, a investigação realça que o Programa favorece a tradição das Licenciaturas no IFRN enquanto Instituição multicurricular que tem na formação inicial de professores uma de suas ofertas. Os conceitos científicos e a sistemática articulada entre o IFRN e as Escolas de Educação Básica no RN têm permitido que a formação profissional docente no IFRN impulse a formação dos seus licenciandos ancorada na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Formação Inicial de Professores; PIBID; IFRN.

ABSTRACT: The research is based on the interest of researchers in education sciences

linked to the IFRN's Academic Postgraduate Program in Professional Education (PPGEP), which produce knowledge about "Policies and Practices in Vocational Education". The study problematizes the Institutional Program of Initiation to Teaching Scholarship (PIBID) as a policy strategy to encourage initial teacher education in Rio Grande do Norte. Specifically, it seeks to study the training incentive system adopted by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN), through an agreement with the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and with the Secretariat of Education of the State of Rio Grande do Norte (SEERN). The study, which considers the implementation of the Program during the period between 2013 to 2018, shows the political and pedagogical dimensions that the implementation and extension of this Program to encourage teacher training operates through the degrees in the IFRN. Methodologically, the research carries out bibliographic review and documentary analysis as assertive techniques for the construction and data problematization. The qualitative research indicates a positive evaluation of the Program in relation to the development of the offer of the degree courses in the IFRN, through the version of the Call for Proposals / CAPES PIBID 2013. Among the results, the research emphasizes that the Program favors the tradition of undergraduate degrees in the IFRN as a multicurricular institution that has one of its offers in the initial formation of teachers. The scientific concepts and the articulated systematics between the IFRN and the Basic Education Schools in the NB have allowed the professional training in the IFRN to boost the training of its graduates anchored in the Teaching, Research and Extension triad.

KEYWORDS: Initial Teacher Training Policy; PIBID; IFRN.

1 | REFLEXÕES SOBRE O PIBID ENQUANTO PROGRAMA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN

A formação de professores, assim como os demais pressupostos anunciados na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, firma-se em consonância com as políticas atuais, calcadas no contexto da globalização, competitividade, reestruturação produtiva e nos novos moldes de gestão e formação de professores.

As reformas educacionais promovidas seguem os desígnios dos organismos internacionais, principalmente do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial que objetivam acima de tudo firmar no sistema educacional brasileiro uma verdadeira revolução tecnológica que prepare o educador para o mundo do trabalho, nem que para isso tenham que negligenciar as dimensões sociais, políticas e filosóficas que perpassam a formação docente.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica que concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em

parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Tais parcerias devem envolver projetos e promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

O Decreto N° 7.219/10 foi o mecanismo legal de criação do PIBID no ano de 2010. Atualmente o Programa é respaldado pela Lei n° 9.394/96 (LDB), que alterou o seu texto para incluir o PIBID no Art. 62. A Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, sancionada pela Presidente da República, altera o texto da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 para incluir, entre outras questões, no Art. 62, §4 e §5 o texto:

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

Esta medida de Valorização do Magistério representa um importante avanço da institucionalização do PIBID e de seu reconhecimento enquanto política pública e de estado para formação de professores no Brasil.

Porém, é importante destacar que há um longo caminho a percorrer, visando a criação de instrumentos de avaliação e acompanhamento, bem como a melhoria dos mecanismos de gestão administrativa e pedagógica do Programa, garantindo que os alunos se envolvam nas atividades com equidade e excelência.

O estudo dessa política da educação, especialmente no que tange a formação de professores, no Brasil, e em particular no Rio Grande do Norte, consubstancia sua relevância no fato de que a educação é um pré-requisito proporcionador de desenvolvimento humano, associado a melhor qualidade de vida, bem como é a mola propulsora para o alastramento e consolidação dos valores democráticos essenciais a vida de cidadãos críticos e ativos. Outrossim, condiz com a convicção de que não se pode pensar em melhorias das práxis escolares sem, antes, pensar em melhorias no nível de qualificação dos profissionais que atuam na área.

O interesse pelo estudo sobre o PIBID, que considera a efetivação do Programa durante o intervalo de tempo entre 2013 a 2018, nomeadamente no que diz respeito à influência dos seus recursos para a formação de professores no IFRN, decorre dos estudos concretizados pelos pesquisadores em ciências da educação vinculados ao Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN que produzem conhecimento sobre “Políticas e Práxis em Educação Profissional”.

Metodologicamente, desenvolve pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica de quadro teórico e prescritivo normativo sobre o PIBID e a formação inicial

de professores. O artigo apresenta-se estruturado da seguinte forma: primeiramente, expõe uma introdução que contextualiza e demarca o objeto de estudo (o PIBID e a formação docente no IFRN), bem como os objetivos que se buscam alcançar e os procedimentos metodológicos utilizados; em seguida apresenta, três tópicos, os quais voltam-se para a problematização da formação dos professores na educação pública, enfatizando o PIBID e a formação docente no IFRN.

Dentre os resultados iniciais da pesquisa realçamos que o Programa favorece a tradição das Licenciaturas no IFRN enquanto Instituição multicurrricular que tem na formação inicial de professores uma de suas mais recentes ofertas que devem envolver 20% (vinte por cento) das demandas pedagógicas dessas instituições (Lei 11.898/08). Os conceitos científicos e a sistemática articulada entre o IFRN e as Escolas de Educação Básica tem permitido que a formação profissional docente no IFRN impulse a formação dos seus licenciandos ancorada na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.1 A OFERTA DE LICENCIATURA EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional em nosso país tem recebido uma atenção especial de pesquisadores e estudiosos que visam a discutir os processos que essa modalidade envolve, desde as ofertas de cursos, as políticas de incentivo à sua execução, à formação de professores e sua práxis.

Quando falamos em Educação Profissional no Brasil é impossível não remetermos ao trabalho, nesse campo, desenvolvido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia espalhados por todo o país. É importante também frisarmos que na última década esses Institutos passaram por transformações para atender às necessidades da formação de profissionais, embora possuam 100 anos tradição.

Rapidamente, lembremos que a história do ensino técnico federal no país começou na primeira década do século XX, mais especificamente em 1909, quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices para atender às necessidades de formação de mão de obra que se apresentava naquele momento. Eram instituições que se destinavam ao ensino profissional e se voltavam prioritariamente à educação das classes mais pobres. Em 1937, foram criados os Liceus Profissionais, em 1949, as Escolas Industriais e Técnicas e, 10 anos depois, as Escolas Técnicas. Todas elas instituições públicas, voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.

No final dos anos 1970, momento em que o país passava por grandes mudanças econômicas e sociais, as escolas técnicas se transformaram nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os CEFETS, que procuravam se adequar às exigências da nova realidade social.

Até o ano de 2002, eram 140 instituições que ofereciam ensino técnico no

Brasil. No ano de 2008, o governo federal aprovou a lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país e criou os 38 Institutos Federais que existem em nosso território. Segundo a nova lei, os CEFETS, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a formar os Institutos Federais, instituições de educação especializadas em oferecer educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. As instituições estão presentes em todos os estados da federação, oferecendo ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação.

Nessa perspectiva, os Institutos Federais, por serem instituições que oferecem formação de nível superior tem sido objeto de muitos estudos relacionados aos cursos superiores voltados para a formação de professores, já que dentre as premissas que envolvem a criação dos institutos federais, constata-se a necessidade de destinar determinados percentuais de vagas para distintas modalidades de ensino. De acordo com a lei 11.892/2008, essas instituições devem destinar, no mínimo, cinquenta por cento das vagas para educação profissional técnica de nível médio e, no mínimo, vinte por cento das vagas para *“cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”* (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, art. 7º, inciso VI, item b.). Dessa forma, assume especial relevância o fato de analisar os múltiplos aspectos que permeiam os cursos de Formação de Professores, visto que este é um dos objetivos primordiais, que envolve a própria concepção dos institutos federais.

É interessante pensarmos ainda que a criação/oferta de cursos de licenciatura nos Institutos Federais está atrelada, também, a políticas educacionais de incentivo a elas que antes eram privilégio apenas das Universidades, instituições de ensino que tinham hegemonia na oferta de cursos de licenciatura em nosso país.

Nessa mesma linha de raciocínio, pensemos também que essas políticas visam ao fortalecimento desses cursos de formação de professores, bem como a permanência dos alunos que neles ingressam, que muitas vezes vêm das classes menos favorecidas de nossa sociedade.

Esse pequeno histórico nos mostra a importância de darmos atenção a esses cursos de licenciatura oferecidos pelos Institutos Federais e, ainda, percebermos que para o seu funcionamento, o incentivo/ apoio aos alunos que neles ingressam é de fundamental importância. Pensando nisso, o Governo Federal, a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), implantado pela CAPES em 2007, nas instituições de Ensino Superior com a finalidade de incentivar e valorizar a formação inicial de professores e melhorar o ensino da educação básica contribuiu para o fortalecimento da formação docente nos Institutos Federais.

3 | A OFERTA DE CURSOS DE LICENCIATURAS NO IFRN: A FORMAÇÃO INICIAL EM DEBATE

Em seu Projeto político pedagógico (PPP), na seção que trata das políticas de educação superior e de graduação, onde se discute os cursos voltados para a formação docente, o IFRN aponta para a característica principal de seus cursos nessa área:

Os cursos superiores de licenciatura do IFRN constituem-se de práticas que englobam saberes filosóficos, epistemológicos e didático-pedagógicos contrários às divisões disciplinares fragmentadas e reducionistas. Essa organização favorece posturas interdisciplinares por meio tanto de projetos integradores de conhecimentos quanto de outras práticas pedagógicas integradoras. Prioriza proporcionar um conhecimento sólido dos conteúdos específicos das áreas objeto de estudo. Além disso, valoriza a inclusão, na matriz curricular, de saberes experienciais, como estágios supervisionados, práticas de ensino e vivências acadêmicas e culturais (PPP/IFRN, 2013).

Pensando nisso, entendemos que o PIBID como Política de Educação é uma atividade que está inserida na práxis dos cursos de licenciatura do IFRN como forma de proporcionar aos licenciandos práticas de ensino e vivências acadêmicas.

É importante ressaltar que as pesquisas que se voltam para essas políticas que envolvem a práxis do licenciando como meio de construção de sua formação docente reforçam que essa formação é também um interesse na modalidade de Educação Profissional de nível superior oferecida pelo IFRN.

Ainda, podemos dizer que o próprio Instituto aponta em seu PPP para a relação entre a formação de professor e exercício da profissão docente quando diz:

A relação entre formação do professor e exercício da profissão docente pressupõe que os saberes sejam construídos por meio de ações integradoras e contextualizadas. Nesse sentido, entende-se que o conhecimento pedagógico é oriundo da práxis, do agir concreto e da ação-reflexão-ação do profissional docente. (PPP/IFRN, 2013)

Nessa perspectiva, analisamos que a temática que propomos para desenvolver a pesquisa analisa o momento em que os licenciandos estabelecem uma relação direta entre os saberes constituídos em sua formação e à prática profissional a partir de um instrumento real que é a política educacional, nesse caso, o PIBID.

Nesse resgate que fazemos, nos interessa ainda mostrar que na modalidade de educação profissional em nível superior de graduação o próprio IFRN já entende a importância dessa práxis que é oferecida pelo PIBID, pois quando aponta que um professor também deve ser formado considerando diversos saberes, entre eles, citando Tardif (2002) , os saberes experienciais que são definidos como:

Os saberes experienciais provêm do exercício cotidiano da docência e do conhecimento sobre o meio em que as práticas pedagógicas são desenvolvidas.

Constituem saberes práticos que brotam da experiência e que são validados por ela. São moldados, polidos e submetidos às certezas construídas na prática e na experiência. O corpo docente avança quando analisa os saberes da prática cotidiana e da experiência vivida ao longo da formação profissional. Considerar os saberes experienciais leva ao reconhecimento do docente como sujeito produtor de saberes socialmente legítimos e oriundos da prática pedagógica (TARDIF, 2002, p. 55).

Ora, podemos então pensar que uma pesquisa que se pauta em uma política educacional de prática docente numa instituição que entende a prática docente como instrumento de formação docente é poder refletir sobre como essa prática dentro da formação docente efetiva esse processo da própria formação.

Pensando nisso, nessa pesquisa, daremos atenção ao seguinte tema: “*O impacto do PIBID na permanência /êxito do estudante dos cursos de licenciatura do IFRN-Campus Natal Central*”, com a certeza de que estudar os cursos de formação de professores/licenciaturas oferecidos pelo IFRN e as políticas públicas que os permeiam é fazer um estudo relevante para o crescimento e entendimento das possibilidades curriculares que ocorrem no interior das instituições de Educação Profissional do país.

4 | O PIBID NO CAMPUS NATAL CENTRAL DO IFRN: CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A VIGÊNCIA DO EDITAL/CAPES 2013.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), transformado em política nacional no ano de 2007 tem o objetivo de conceder bolsas de incentivo à prática da docência para estudantes de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pela implantação do PIBID na Entidade de Ensino. O IFRN no campus Natal central conta com o PIBID nos quatro cursos de licenciatura que oferece, são eles: Língua Espanhola, Física, Matemática e Geografia.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Os principais objetivos do programa são: Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação

de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Instituições de Educação Superior interessadas em participar do PIBID devem apresentar à CAPES seus projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. Podem se candidatar IES públicas e privadas com e sem fins lucrativos que oferecem cursos de licenciatura.

As instituições aprovadas pela CAPES recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os bolsistas do PIBID são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

Analisar essa questão também nos leva a pensar que a permanência dos estudantes em um curso de formação de professores oferecido por uma instituição federal é, de certa forma, uma responsabilidade dessa instituição e que as políticas que existem para que isso aconteça devem ser estudadas para entendermos sua dinâmica.

As reflexividades do suscitadas pelo PIBID na formação docente do IFRN nos moveu ao desenvolvimento de um Projeto de pesquisa em que pesquisaremos sobre as seguintes questões: O PIBID interfere na permanência dos alunos dos cursos de licenciatura oferecidos pelo IFRN? Como o PIBID interfere na permanência dos alunos dos cursos de licenciatura oferecidos pelo IFRN? A ligação dos alunos ao PIBID corrobora para o êxito deles nos cursos de licenciatura a que estão ligados? Há uma diferença nos índices de permanência e aprendizagem de alunos vinculados ao PIBID nos diferentes cursos de licenciatura oferecidos pelo IFRN?

No Brasil, muito tem se discutido sobre a educação profissional e seus desdobramentos e pesquisar e aprofundar-se nessa modalidade educacional com ênfase nas políticas que permeiam a sua construção é trazer para o cenário uma contribuição importante.

Nesse contexto, os cursos de licenciatura não gozam de tantos privilégios no âmbito das políticas das instituições que os oferecem e, raramente, merecem a atenção de projetos. Entre professores e alunos do ensino superior, por exemplo, há uma tendência em se menosprezar as questões do ensino, aquelas afeitas à formação profissional do magistério e as políticas públicas que as permeiam.

É ainda importante ressaltar que dar visibilidade a um estudo como esse é entender, também, que a formação inicial de professores que acontece no IFRN permite a formação do licenciando no formato pleno com o importante acréscimo formativo das reflexividades necessárias quanto à compreensão do trabalho docente na modalidade da educação profissional.

Quando falamos em qualidade de educação nos voltamos para os dispositivos

legais que a asseguram como direito de todos os cidadãos brasileiros: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] VII - garantia do padrão de qualidade” (Art. 206º, BRASIL, 1988).

Quando falamos em qualidade de ensino estamos refletindo sobre todos os processos desse campo que passam desde a formação docente até o próprio contato com os alunos em sala de aula.

As pesquisas mostram que o discurso governamental acerca da educação brasileira toma forma de enfatizar as melhorias na educação básica a partir da promulgação da constituição de 1988 e da LDB de 1996 (9394/96), com apoio nos princípios de equidade e qualidade. Com essa visão de valorização, tendo a sociedade brasileira despertado para o problema que afeta a educação, surge a necessidade de melhoria da qualidade educacional que, por sua vez, exige a promoção de melhorias das políticas públicas educacionais nas esferas federal, estadual e municipal, visto que, nesse momento, com a noção de educação como direito social e dever do estado e da família haveria um aumento da procura e conseqüentemente do número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio.

Em 2007, o MEC, em parceria com a Secretaria de Educação Superior - SESU por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE tornou público através de Edital/CAPES a convocação das Instituições de Ensino Superior Federal para apresentar propostas de projetos institucionais de iniciação à docência no âmbito do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID.

O PIBID insere-se no contexto das políticas de formação docente inicial e contínua. Visa o fortalecimento das licenciaturas nas Universidades públicas federais e estaduais, ao inserir o licenciando precocemente na escola sob coordenação do professor universitário.

Essa visão é reforçada pela CAPES que o PIBID tem “o objetivo de estimular a docência e implantar ações que valorizem o magistério entre os estudantes de graduação”. Segundo o decreto N° 7.219:

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. (BRASIL, 2010)

Ratificando a sua vocação para o trabalho docente de qualidade e alcance social, desde 2004, O IFRN tem a sua história marcada pela formação de professores. Os cursos ofertados nessa instituição de ensino que têm como foco a formação inicial de profissionais para atuar na educação básica são: Geografia, Química, Física, Biologia, Ciências e Matemática. Com algumas leituras e pesquisas, pudemos perceber que essas licenciaturas no RN se caracterizam por alta evasão de aluno, baixa valorização

financeira e pouca procura pelos cursos.

No IFRN, como contraponto, tais cursos contam, notadamente, com a capacidade de ensino, pesquisa e extensão e ainda com uma valiosa estrutura de bibliotecas e laboratórios descentralizados em todo o Rio Grande do Norte. Essas instalações que também dispõe de um forte potencial docente propiciam a formação de professores em campos de escassez profissional no RN e o PIBID tem sido um programa fundamental para o êxito dessas práxis formativas consubstanciando a oferta das licenciaturas nos Institutos Federais distribuídos em nosso estado.

O destaque que o trabalho docente vem assumindo no IFRN e no Brasil, além de ser um componente importante para a atividade econômica, está coerente com a ampliação do direito à educação para a população, explicitada na Constituição Federal (BRASIL, 1988), e especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (Lei nº 9.394/96), que responsabiliza os municípios pelo ensino fundamental e os estados, preferencialmente, pelo ensino secundário, aponta para grandes contingentes de alunos a assumirem os bancos escolares. Tal quadro se amplia ainda mais, em 1998, com a implementação do FUNDEF e mais recentemente do FUNDEB.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais apontam para uma forte tendência de Programas e Fomentos destinados para os profissionais da educação. Essa preocupação para o Estado do Rio Grande do Norte é crucial tendo em vista os resultados do IDEB que apontam para um Estado com um desenvolvimento escolar em nível de educação básica extremamente precário, sempre se situando entre os piores índices de desempenho discente no sistema de avaliação nacional, realçando uma forte presença das desigualdades sociais e da exclusão econômica nesse estado nordestino. Todavia, é importante destacar, que contraditoriamente, o mesmo Estado apresenta uma rica tradição quanto à oferta de ensino superior, possuindo Instituições bem conceituadas nacionalmente, inclusive, no campo das licenciaturas e das Pós-Graduações.

Diante dos desafios que o trabalho docente no Estado do Rio Grande do Norte enfrenta historicamente torna-se imperativo a focalização de políticas e/ou programas que permitam a formação de professores críticos, situados historicamente, reflexivos, comprometidos com a sua prática, com os saberes docentes e com a excelência de seu fazer. Acreditamos que o PIBID, na versão do Edital/CAPES vigente entre 2013 a 2018, possa ser uma alternativa importante para a superação das precariedades da formação conceitual docente comum nos contextos formativos e escolares.

Muitos têm sido os pesquisadores que se debruçam sobre os estudos de políticas educacionais como parte da formação docente e que as apontam como primordiais nesse processo. Convém, porém, aprofundar a produção do conhecimento na área realçando também possíveis fragilidades e precariedades que podem está

condicionando a realização do PIBID no IFRN.

As discussões que envolvem esse tema sempre perpassam o estudo do PIBID, por esse programa constituir uma política educacional de extrema valia no processo de formação docente em nosso país.

Canan (2012), em seu artigo intitulado: “Política Nacional de Formação de professores: um estudo do PIBID enquanto política de promoção e valorização da formação docente” entende que ele aparece como:

Uma alternativa para vigorizar a formação inicial, na área das licenciaturas, considerando as conexões entre os diversos saberes, principalmente entre os saberes propiciados pela Universidade e os saberes pela experiência em sala de aula, sendo que os bolsistas participantes deste programa entram em contato com a realidade vivenciada por professores da educação básica. Desta forma, a formação acadêmica passa a ser o primeiro passo de uma caminhada que requer um contínuo processo de construção, exigindo ação, reflexão, dinamismo (CANAN, 2012, p. 22).

O PIBID promove uma aproximação da teoria mantida pelos cursos com a prática futura em sala de aula, na rede pública de ensino, desta forma, os alunos anteciparão sua prática tendo diversas experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, com a supervisão de outros professores, que já atuam no local em que o trabalho está sendo desenvolvido.

O exercício de docência busca uma forma de reflexão, a fim de que o professor possa sempre aprimorá-la, tendo como objetivo principal o aluno e seus interesses. Levando-se em conta a realidade em que atua de modo a adequar suas práticas e seus saberes conforme o contexto em que está inserido.

Dentre os pontos fortes do PIBID no IFRN vale destacar o auxílio acadêmico quanto ao contato do licenciando com a realidade escolar brasileira, além de, permitir que os bolsistas do Programa levem até as escolas públicas de educação básica, a transformação do processo de ensino-aprendizagem através de metodologias e práxis potencialmente inovadoras.

Refletir, então, sobre o PIBID como uma política educacional que permeia a formação docente no IFRN é um exercício que nos leva a valorizar os cursos de licenciatura oferecidos por esta instituição enquanto oferta recente de cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República** Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

CANAN, Sílvia Regina. **Política Nacional de Formação de professores: um estudo do PIBID enquanto política de promoção e valorização da formação docente.** In: Formação Docente: Revista brasileira sobre formação docente. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

_____. Decreto nº 6.094 de 24 abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela educação, 2007b.

_____. Portaria Normativa da CAPES nº 122, de 16 de setembro de 2009. Cria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília, 2009b.

_____. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO IFRN.** Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>>. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

REPÚBLICA, Presidência da, **DECRETO Nº 7.219, DE 24 DE JUNHO DE 2010.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7219.htm>. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

REPÚBLICA, Presidência da. **DECRETO Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

RIOS, Terezinha de Azevedo. **Ética e competência.** São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125